

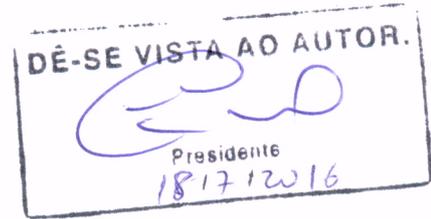


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

CÂMARA M. JUNDIAÍ (PROTOCO) 12/JUL/2016 16:44 075661

São Paulo, julho de 2016.

Exmo. Senhor
Eng. Marcelo Gastaldo
Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí
Jundiaí – SP



Protocolo n.º 53.231/16

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Fazemos referência ao Ofício PR/DL 239/2016, de 04/05/2016, dirigido ao Governador Geraldo Alckmin, por intermédio do qual V. Exa. encaminha cópia da Moção de Apelo n.º 322, de 03/05/2016, de autoria dos Vereadores Eliezer Barbosa da Silva e Paulo Malerba, para que não seja vendida a área onde está situado o Centro de Engenharia e Automação – CEA do Instituto Agrônomo - IAC, no município de Jundiaí.

Consultamos a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento que se manifestou a respeito em 01/07/2016 por intermédio da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA, conforme transcrevemos abaixo:

“Informamos que a APTA conta com um total de 16.600ha de área para pesquisa, englobando áreas de Estações, Centros de Pesquisa, e áreas urbanas sede dos Institutos. Este patrimônio foi sendo montado ao longo dos últimos 129 anos, considerando a idade do nosso Instituto mais antigo, no caso o IAC, com sede em Campinas.

Muitas dessas áreas, outrora rurais, hoje são urbanas, com todas as limitações ou dificuldades que um patrimônio desse tem na cidade: segurança, limitações de uso agrícola ou de pecuária.

A partir de 2012 a administração da APTA e dos Institutos iniciou uma avaliação deste patrimônio procurando definir o que realmente é essencial para a pesquisa e produção de bens derivados da programação científica, bem como a inserção da unidade na comunidade regional.

Se considerou também a programação atual, quando existente, se esta poderia ser transferida para outro local sem prejuízo da pesquisa e dos resultados para a comunidade e para a geração tecnológica.



Foi prioritário nesta avaliação não permitir que ocorra prejuízo para a pesquisa e geração tecnológica institucional e, a meta é otimizar os espaços físicos existentes, bem como melhor aproveitamento de servidores e redução de custos operacionais.

O objetivo maior é aproximar a ciência do dia a dia dos brasileiros, buscando a inovação com resultados aplicados que representem o retorno do investimento do dinheiro público e, esta orientação norteia a gestão dos institutos paulistas de pesquisa agropecuária, pois, acima de tudo, devem estar os interesses dos que dependem das tecnologias geradas na pesquisa pública para suas atividades e dos contribuintes paulistas que colaboram para financiar a ciência, por meio do recolhimento de impostos.

Especificamente em relação ao Centro de Engenharia e Automação - CEA, vinculado ao IAC, a análise que se fez em relação a sua área física é se há necessidade daquela área para desenvolver suas atividades e se ela de fato vem sendo utilizada em sua plenitude e, o que se verificou é que as atividades do Centro podem ser transferidas para outros locais sem prejuízos da atividade fim da unidade.

O que virá a ser feito será a transferência do espaço, mas não o encerramento das atividades e, isso é importante ficar claro. O que atualmente é feito em Jundiaí passará a ser realizado em Campinas, onde funcionam outros sete centros de pesquisa do Instituto Agrônomo.

O Centro de Engenharia e Automação do IAC apresenta áreas e atividades importantes para a pesquisa, como a área de Pós-Colheita e a de tecnologias de aplicação de agrotóxicos. Portanto, as atividades serão preservadas no IAC e, em alguns casos, até incrementadas, como é o caso da Pós-Colheita.

As pesquisas em andamento no Centro de Engenharia e Automação do IAC serão continuadas nas instalações a serem definidas de acordo com a programação científica e tecnológica do IAC. As novas instalações poderão ser em Campinas ou em Jundiaí, no Centro de Frutas do IAC. Com isso estaremos realizando mais e com menor custo, devido a otimização de espaços e de pessoal.

Esta orientação norteia a gestão dos institutos paulistas de pesquisa agropecuária, pois, acima de tudo, devem estar os interesses dos que dependem das tecnologias geradas na pesquisa pública para suas atividades e dos contribuintes paulistas que colaboram para financiar a ciência, por meio do recolhimento de impostos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

Quanto à possibilidade de uso deste espaço para outras atividades, em especial às voltadas para ensino, pode ser através de Parceria Público Privada - PPP, prevista no PL 328/16, desde que garanta retorno econômico à nossa instituição.”

Colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para enviar a V. Exa. os nossos respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,

Mário Sérgio Matsumoto
Subsecretário da Casa Civil